



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Construção da rede inteligente de energia eléctrica e revisão da respectiva legislação

Com as alterações climáticas e o desenvolvimento socioeconómico de Macau, a protecção ambiental tem merecido atenção geral. Para definir e rever o respectivo rumo, o Governo elaborou o Planeamento da Protecção Ambiental de Macau (2021-2025) e o Relatório do Estado do Ambiente de Macau 2021, e através da promoção da reciclagem e produção legislativa, tem incentivado a sociedade a concretizar o objectivo de “transformar Macau num centro de baixo carbono e criar em conjunto uma vida ecológica”.

Contudo, segundo os indicadores ambientais constantes do Relatório do Estado do Ambiente de Macau 2021, divulgado em Junho deste ano, o consumo de diversos recursos aumentou, em comparação com 2020, o consumo de electricidade bateu novo recorde desde 2019, e o consumo de energia por parte do comércio representa 71,4%, mais do que em 2020. Por isso, tenho defendido a introdução da rede inteligente de electricidade, das energias limpas e das construções hipocarbónicas, para reduzir o consumo de energia.

Nos termos do Planeamento de Construção de Infra-estruturas Urbanas durante o 14.º Plano Quinquenal, divulgado pelo Ministério da Habitação e Desenvolvimento Urbano-Rural e Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma, vão ser construídas nos centros urbanos redes de electricidade resilientes e inteligentes, pois são mais eficazes e conseguem ultrapassar as dificuldades das redes convencionais



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

na integração de alta percentagem de energias limpas, no sentido de absorver melhor as energias renováveis, e atingir o objectivo do pico de emissões e a neutralidade carbónica.

Para compensar os pontos fracos de Macau, além de acelerar a construção de infra-estruturas, é necessário continuar a rever as respectivas leis e regulamentos. A Lei de bases do ambiente, que define o enquadramento geral para esta área, entrou em vigor antes do Retorno à Pátria, e vários artigos deixaram de ser adequados ou devem ser alterados, por exemplo, o artigo 30.º, que prevê que o quantitativo da indemnização a fixar por danos causados no ambiente será estabelecido em legislação complementar, que até ao momento ainda não foi lançada.

Mais, olhando para a prática legislativa de outros países e regiões, há leis que definem os princípios a observar pelas políticas do Governo relacionadas com a gestão, aproveitamento e protecção dos recursos naturais, como a água, o ar e a vegetação.

Assim, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Para fazer face às alterações climáticas e atender aos objectivos nacionais de redução de emissões, o Planeamento da Protecção Ambiental de Macau (2021-2025) propõe que se melhore a estrutura energética e aumente a proporção do uso de energia limpa, e também que se construam redes inteligentes de distribuição de energia eléctrica, em prol da conservação energética e da redução do carbono. De acordo como o Relatório do Estado do Ambiente de Macau 2021, as empresas gastam cada vez mais electricidade, consumindo neste momento mais de 70% da energia eléctrica, portanto, é premente a construção de redes de electricidade inteligentes, que integram diversas fases, desde a produção, transmissão e distribuição até à



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

utilização, e apresentam características vantajosas, nomeadamente a automatização, informatização, qualidade e eficiência. Tudo isto requer que o Governo efectue o respectivo planeamento. Então, vai fazê-lo e dispõe de calendarização?

2. A Lei de bases do ambiente está em vigor desde 1991, e alguns artigos estão desactualizados ou devem ser complementados. O Governo tem alguma calendarização para a sua revisão? Vai tomar como referência a prática das outras regiões, no sentido de definir leis especiais para o ar, a água, etc., para o Governo seguir na gestão, protecção e aproveitamento dos recursos naturais?

9 de Setembro de 2022

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,

Si Ka Lon